

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PRÁTICA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E METODOLOGIAS ATIVAS NA ESCOLA MADRE ZARIFE SALES

Gustavo Nicolás Quintero Mota¹

RESUMO

Este trabalho analisa a experiência de Estágio Supervisionado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Madre Zarife Sales, em Belém do Pará, com ênfase na aplicação da Lei 10.639/03 e na promoção de uma educação antirracista no contexto da disciplina “Projeto de Vida”. A proposta consistiu em articular o ensino da história e cultura afro-brasileira por meio de metodologias ativas e interdisciplinares, tais como debates, seminários e a construção de maquetes, que possibilitaram reflexões críticas sobre as questões étnico-raciais e o papel da escola na formação cidadã. A perspectiva freireana, que defende uma educação crítica e emancipatória, foi fundamental para orientar práticas pedagógicas voltadas à conscientização dos alunos sobre as desigualdades sociais e raciais. Com base em Vygotsky (2007), reforçou-se a importância da mediação e da interação no processo de aprendizagem, articulando o conhecimento escolar às vivências dos estudantes. O uso de metodologias ativas, conforme propõe Castellar (2017), mostrou-se eficaz para o fortalecimento do pensamento crítico e da valorização da diversidade, evidenciando que a prática docente pode ser um espaço de resistência e transformação social.

Palavras-chave: Educação antirracista. Lei 10.639/03. Metodologias ativas. Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03 marca um avanço na luta contra o racismo no Brasil ao incluir no currículo escolar o ensino da história e cultura afro-brasileira. Sua efetivação representa a possibilidade de ampliar o olhar dos estudantes para a diversidade cultural que compõe a sociedade brasileira, bem como para as desigualdades historicamente produzidas. Todavia,

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, prof.nicolasquintero.geo@gmail.com;



sua implementação ainda se dá de forma desigual e, muitas vezes, desconectada das vivências dos estudantes, quando as práticas pedagógicas não se voltam para a leitura crítica da realidade.

A Escola Estadual Madre Zarife Sales está localizada no bairro do Guamá, em Belém do Pará, reconhecido como um território popular marcado por fortes expressões culturais, sendo também o bairro mais populoso do município, com 81.227 habitantes de acordo com o Censo de 2022 do IBGE, mas também por desigualdades socioespaciais. Esse contexto, longe de ser um mero pano de fundo, constitui o próprio espaço vivido dos estudantes e influencia diretamente suas experiências, identidades e formas de percepção do mundo. Portanto, pensar a educação antirracista nesse território significa considerar a escola como espaço de resistência e de disputa simbólica, em que a Geografia contribui para que os sujeitos compreendam como o racismo estrutura também a organização do espaço urbano.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as ações pedagógicas desenvolvidas na disciplina “Projeto de Vida” com foco na aplicação da Lei 10.639/03, buscando compreender de que maneira o ensino pode promover reconhecimento, pertencimento e posicionamento crítico frente às relações sociais e espaciais. Parte-se da premissa de que a educação geográfica, ao articular conteúdos ao espaço vivido, possibilita aos estudantes lerem a realidade e se perceberem como sujeitos ativos na produção da história e do espaço que habitam.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo e natureza descritiva, desenvolvida a partir da observação de campo durante o Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Geografia do IFPA. As atividades ocorreram no Ensino Fundamental II, com turmas variadas de 6º ao 9º ano, sob acompanhamento de um professor-supervisor para auxiliar no desenvolvimento das atividades e mediações.

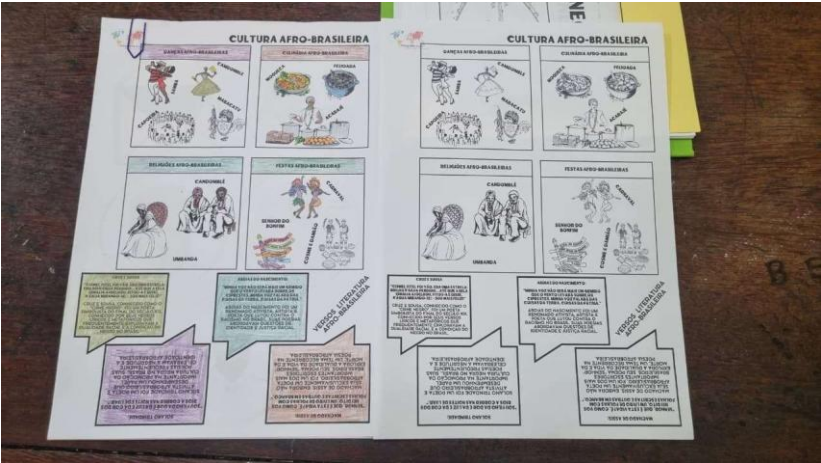
A disciplina “Projeto de Vida” foi o campo de intervenção escolhido justamente por permitir articulações interdisciplinares e favorecer a incorporação das vivências dos estudantes no processo de aprendizagem. A metodologia adotou-se considerando que o conhecimento geográfico não se reduz a conteúdos formais, mas emerge da experiência dos sujeitos no território, uma perspectiva alinhada à fenomenologia de Seamon (1979), que entende o espaço como “locus” de significados, corpo-sujeito e experiência habitada, e não apenas como cenário neutro.



Entre as principais atividades aplicadas, destacam-se: Rodas de conversa e debates sobre desigualdades raciais e manifestações do racismo no cotidiano e nos lugares vividos; Produção de maquetes e cartazes representando símbolos e espacialidades da cultura afro-brasileira; Atividades escritas e apresentações relacionadas ao Dia da Consciência Negra; Mediação dialógica visando o protagonismo discente.

Essas ações buscaram promover uma leitura crítica da realidade, entendendo o espaço como dimensão fundamental das relações sociais. Essa abordagem metodológica integrou ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo que a formação do professor de Geografia requer o protagonismo discente e a leitura espacial da realidade vivida, explícita na construção de aprendizagens significativas.

Fotografia 1 – Material de apoio utilizado nas aulas expositivas



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação antirracista encontra fundamento na pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), ao defender que o processo educativo deve ser pautado na problematização da realidade e na formação de sujeitos capazes de compreender e agir sobre o mundo. Em diálogo com essa perspectiva, a efetivação da lei exige práticas que rompam com o caráter conteudista e que valorizem as experiências socioculturais dos estudantes, considerando o racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira e, portanto, presente no cotidiano escolar.

Vygotsky (2007) contribui ao enfatizar a importância da interação social e da mediação simbólica para o desenvolvimento do pensamento. Assim, quando o espaço vivido é tomado como referência no processo de aprendizagem, o conhecimento deixa de ser algo



No âmbito do ensino de Geografia, Castellar (2017) ressalta que as metodologias ativas favorecem a leitura crítica do espaço e o protagonismo discente, permitindo que o aluno investigue e interprete a realidade a partir de diferentes linguagens e representações. Essa abordagem potencializa debates sobre as desigualdades raciais e sua expressão territorial, questionando silenciamentos históricos e estigmas associados a determinados grupos e lugares.

Portanto, ao integrar a pedagogia crítica, a mediação sociocultural e a participação ativa dos estudantes, o referencial teórico aqui adotado reafirma que o ensino geográfico voltado à Lei 10.639/03 deve promover diálogos que valorizem os sujeitos, suas referências culturais e suas vivências territoriais, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com justiça racial e com a leitura transformadora do espaço.

As atividades desenvolvidas permitiram que os estudantes refletissem sobre formas de racismo explícitas e sutis presentes em seu cotidiano, identificando como elas se materializam em diferentes espaços, por exemplo, na escola, no bairro, nos serviços, e na cidade. Ao reconhecerem como sujeitos pertencentes ao território do bairro, muitos alunos relacionaram experiências pessoais às discussões sobre desigualdades territoriais, demonstrando avanço na compreensão de que o racismo não é apenas individual, mas estrutural e espacial. Nesse processo, o reconhecimento de elementos culturais e religiosos do próprio território do Guamá, como o Terreiro de Mina Dois Irmãos, considerado o templo afro religioso mais antigo em funcionamento no Estado do Pará, e símbolo histórico da resistência cultural afro-brasileira, reforçou o sentimento de pertencimento e valorização identitária.

As produções em grupos, como maquetes e cartazes, possibilitaram a valorização da cultura afro-brasileira como elemento formador do espaço brasileiro, rompendo com narrativas colonizadoras que historicamente invisibilizam essas contribuições. Além disso, os debates favoreceram a construção da autoconfiança, já que os estudantes perceberam que sua identidade tem relevância na constituição da cidade e do país.

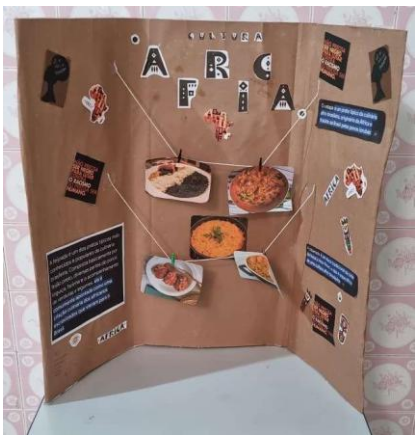


Fotografia 2 – Cartazes produzidos para exposição



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Fotografia 3 – Lapbook



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A compreensão dos alunos como sujeitos que produzem e ressignificam o espaço escolar encontra fundamento na perspectiva de Dayrell (1996), ao afirmar que a escola deve ser reconhecida como um espaço sociocultural, no qual se estabelecem relações dinâmicas entre diferentes identidades, trajetórias e culturas. Para o autor, a escola não é apenas palco da aprendizagem formal, ela constitui uma microsociedade, em que se disputam significados, se enfrentam conflitos e se constroem formas de pertencimento e reconhecimento.

A partir da experiência na escola-campo do estágio supervisionado, essa dimensão sociocultural se expressou quando os estudantes foram incentivados a refletir sobre suas vivências, como moradores, reconhecendo que suas identidades estão diretamente ligadas à história e às transformações do espaço. Ao se verem inseridos nas discussões sobre racismo, cultura afro-brasileira e religiosidade, como no exemplo do Terreiro de Mina Dois Irmãos, pode-se perceber uma maior leitura do espaço, lugar social que ocupam e a compreender que os espaços que vivenciam trazem consigo memórias coletivas, símbolos de luta e marcas da desigualdade estrutural.

Essa ressignificação da escola como território plural permite o engajamento e o protagonismo discente, pois os estudantes passam a perceber que seus saberes cotidianos não são inferiores ao conteúdos de currículo escolar, mas também são fontes legítimas de conhecimento e devem ser ponto de partida para a leitura crítica do mundo. O desenvolvimento dessa consciência reforça a noção de que a educação geográfica, quando pautada no diálogo e no reconhecimento das identidades locais, contribui para a compreensão das relações entre espaço e sociedade, consolidando aprendizagens que extrapolam o conteúdo formal e impactam a construção da cidadania.

A participação foi crescente ao longo das atividades. Quando convidados a expor suas



opiniões, os alunos demonstraram forte engajamento, revelando que metodologias dialógicas e práticas não apenas facilitam a aprendizagem, como também fortalecem a formação crítica e cidadã, especialmente quando tratam de temas que dialogam com suas vidas e seus territórios.

Fotografia 4 – Jornal produzido pelos alunos



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Entre os desafios observados, destacam-se a ausência de materiais didáticos específicos e lacuna na formação docente, pois reforçam a urgência de políticas permanentes para a educação antirracista que permita a prática da Lei 10.639/03, tendo em vista que sua efetividade depende também de articulação pedagógica, curricular e materiais. No entanto, a experiência evidencia que, mesmo em contextos de limitações, ao utilizar-se de práticas pedagógicas comprometidas socialmente, é possível produzir impactos transformadores no modo como os alunos enxergam sua própria trajetória e o espaço onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência formativa desenvolvida na Escola Estadual Madre Zarife Sales demonstrou que a aplicação da Lei 10.639/03, quando articulada a práticas pedagógicas participativas, possibilita que os estudantes compreendam as relações entre espaço, identidade e sociedade, reconhecendo-se como sujeitos ativos e críticos no mundo. Ao trabalhar as relações étnico-raciais de forma dialógica e significativa, o ensino se aproxima da realidade vivida pelos alunos e transforma a sala de aula em espaço de reflexão, acolhimento e construção coletiva do conhecimento.

O uso de metodologias ativas contribuiu para que os discentes se engajassem na aprendizagem de temas historicamente invisibilizados, fortalecendo a consciência sobre a



importância da cultura afro-brasileira na formação da sociedade. Ao colocar os alunos no centro do processo educativo, atividades como debates, produções visuais e apresentações permitiram que eles expressassem suas percepções, questionassem injustiças e ressignificassem suas vivências.

Nesse sentido, a prática docente no ensino de Geografia se evidencia como fundamental para promover uma leitura crítica da realidade e compreender que o racismo estrutura relações sociais e espaciais. A escola se torna, assim, espaço sociocultural de enfrentamento às desigualdades e de valorização das múltiplas identidades que compõem o território educacional.

Conclui-se que a educação antirracista deve ser assumida como compromisso permanente e cotidiano na formação de cidadãos. Para isso, é imprescindível que o ensino de Geografia avance na integração entre território, cultura e vivência dos estudantes, possibilitando que reconheçam seu papel na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. O percurso aqui apresentado sinaliza que práticas fundamentadas em diálogo, respeito e protagonismo discente são caminhos sólidos para a efetivação de uma educação transformadora, que ultrapassa os limites do currículo formal e incide diretamente na realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 25 out. 2025.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Cartografia Escolar e o Pensamento Espacial. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, 2017.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sócio-cultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2009

DIÁRIO DO PARÁ. Terreiro de Mina Dois Irmãos celebra 135 anos de fundação. Belém, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/belem/terreiro-de-mina-dois-irmaos-celebra-135-anos-de-fundacao/> . Acesso em: 25 out. 2025



FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. **São Paulo: Paz e Terra**, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?recorte=bairros&tema=populacao&localidade=1501402> . Acesso em: 25 out. 2025

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar. São Paulo: Moderna, 2003.

SEAMON, David. Phenomenology, geography and geographical education. **Journal of geography in higher education**, v. 3, n. 2, p. 40–50, 1979.

VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. **Lisboa: Relógio D'Água**, 2007.

